

Nu: 679524

Ref: 857/12 CAEDLG

17/06/2021 - Dist.



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Na reunião de 23 de junho de 2021, foi aprovado por unanimidade, na ausência do CH.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Foi hoje noticiado no jornal Público que o Governo pretende fazer obras de remodelação da ala sul do estabelecimento prisional de Caxias, que se encontrava desativada, para ali deter os imigrantes aos quais tenha sido recusada a entrada em território nacional ou que aguardam a execução de uma ordem judicial de afastamento do país. Segundo a notícia foi estabelecida um protocolo entre “o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) assinado a 1 de Fevereiro que estabelece a cedência das instalações e do terreno com 11 mil metros quadrados para instalar cidadãos que estejam à guarda do SEF e que tem como finalidade explícita a adaptação para um Centro de Instalação Temporária de Imigrantes à guarda do SEF”.

Estas informações revelam que a decisão de adaptar a ala sul da prisão de Caxias a um centro de instalação temporária para deter migrantes estava tomada quando o Ministro da Administração Interna, na audição regimental de 2 de junho, afirmou que era uma possibilidade que estava a ser estudada.

Trata-se de uma situação de extrema gravidade, por duas razões. Primeiro, porque, a confirmar-se a notícia referida, o governante terá apresentado ao parlamento uma versão das coisas diferente da verdade dos factos. Segundo, porque, com esta decisão, o Governo reitera a opção iníqua de encarcerar migrantes, já posta em prática no verão passado, na prisão do Linhó e num quartel em Tavira.

Colocar em prisões pessoas que não cometeram nenhum crime é uma solução indigna, desumana e que atenta contra os seus direitos fundamentais. Lembre-se que, de

acordo com o Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA), em 2019 dos 4.995 estrangeiros aos quais foi recusada a entrada 89% foi detida por irregularidades na documentação e não por suspeição de crime ou de ameaça à segurança nacional.

Neste sentido, vem o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requerer a audição urgente do Senhor Ministro da Administração Interna para prestar os esclarecimentos devidos sobre esta situação.

Assembleia da República, 17 de junho de 2021

A deputada e o deputado,
Beatriz Gomes Dias e José Manuel Pureza